16) Assegurar o exercício do direito de regresso pela execução de avales ou de outras garantias pessoais prestadas pelo Estado, assinando as credenciais e outros documentos necessários;

17) Cometer ao Ministério Público a apresentação de pedido de declaração de insolvência de devedores relativamente a créditos que se encontrem na titularidade da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças;

18) Decidir sobre a posição a assumir pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças no quadro dos processos abrangidos pelo Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência, pelo Código de Insolvência e da Recuperação de Empresas e pelo procedimento de conciliação regulado pelo Decreto-Lei n.º 316/98, de 20 de Outubro, excepto quando:

i) O montante do crédito seja superior a € 750 000;

ii) As providências de recuperação propostas envolvam a dação em pagamento, conversão de créditos em capital ou outra troca de activos;

19) Nomear mandatário especial para a representação dos interesses da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, bem como os seus representantes nas comissões de credores e órgãos de fiscalização;

20) Decidir sobre a anulação de créditos detidos pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, nas condições previstas nas leis orçamentais, desde que o valor total do crédito não seja superior a € 500 000;

21) Autorizar o reembolso de descontos efectuados no abono de vencimentos ou pensões a funcionários da ex-administração ultramarina;

22) Autorizar a prestação de serviço extraordinário, em circunstâncias excepcionais e delimitadas no tempo, para além de duas horas diárias, bem como autorizar a prestação de trabalho em dia de descanso semanal, de descanso complementar e em feriado ao pessoal dirigente e de chefia, a que se refere o artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

23) Autorizar o regime especial de trabalho a tempo parcial, o regime de prestação de trabalho de quatro dias e o regresso ao regime de tempo completo, a que se referem os Decretos-Leis n.ºs 324/99 e 325/99, ambos de 18 de Agosto;

24) Aprovar os programas de provas de conhecimento específicos a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

25) Autorizar deslocações ao estrangeiro de funcionário da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças para efeitos de participação em reuniões internacionais, desde que estejam em causa interesses relevantes relativos ao Estado Português e seja aplicado o regime geral de abono de ajudas de custo vigente para funcionários e agentes da Administração Pública;

26) Autorizar a utilização excepcional de avião nas deslocações em serviço público no continente, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;

27) Autorizar as despesas com a locação e aquisição de bens e de serviços nas condições dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até, respectivamente, € 250 000, € 375 000 e € 750 000;

28) Autorizar as alterações orçamentais entre programas, desde que com o mesmo título e capítulo e se se mantiver a respectiva classificação funcional, bem como as diversas medidas, projectos ou actividades num mesmo programa, nos termos conjugados do disposto nas alíneas b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2005, de 4 de Março, e a) e b) do n.º 5 do artigo 54.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, na redacção dada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto.

II — Nos termos da legislação referida no n.º 1, ratifico, igualmente, todos os actos que, no âmbito dos poderes agora delegados, tenham sido praticados pelo director-geral do Tesouro e Finanças, licenciado José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco, de 1 de Julho a 3 de Agosto de 2007 relativamente aos actos a seguir mencionados:

1) No âmbito das atribuições de gestão patrimonial:

a) Aceitar heranças, legados e doações a favor do Estado de imóveis e ou bens móveis não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de Dezembro, desde que os encargos não sejam superiores aos activos;

b) Autorizar a aquisição de imóveis classificados como monumento nacional, ouvido o Ministro da Cultura, de imóveis para o domínio privado do Estado ou para serviços e organismos dotados de autonomia financeira, bem como os actos a ela inerentes que, pelo seu valor, não estejam sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas;

c) Autorizar a troca de bens do Estado, imóveis ou de móveis não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de Dezembro, desde que a diferença de valores não implique encargos financeiros para o Estado;

d) Autorizar a venda de quaisquer imóveis ou de bens móveis não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de Dezembro;

e) Autorizar a cessão de bens imóveis ou móveis não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de Dezembro, a título precário, a entidades públicas e privadas que prossigam fins de interesse público, bem como a devolução de imóveis, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 24 489, de 13 de Setembro de 1934;

f) Autorizar o arrendamento de bens do Estado com dispensa de hasta pública, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 507-A/79, de 24 de Dezembro;

g) Fazer cessar por acto administrativo os contratos de arrendamento de prédios do Estado, nos termos do Decreto-Lei n.º 507-A/79, de 24 de Dezembro, e mandar desocupar os prédios do Estado por aqueles que os ocupem sem título, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 23 465, de 18 de Janeiro de 1934;

h) Autorizar a compra e demais actos a ela inerentes dos prédios arrendados onde se encontra instalada a Base Aérea n.º 4 e dos que se encontram funcionalmente dela dependentes, na ilha Terceira, Açores, nos termos fixados por despachos conjuntos dos Ministros das Finanças e da Defesa Nacional;

i) Autorizar a demolição de prédios do Estado, nos termos legais;

j) Aprovar contratos e minutas de contratos cujas operações e condições tenham sido previamente autorizadas pela autoridade competente e na forma legalmente estabelecida;

k) Aceitar a constituição de direito de superfície a favor do Estado, nos termos legais;

2) No âmbito da gestão do programa orçamental P006, «Construção, remodelação e equipamento de instalações», e de acordo com as orientações constantes do despacho de gestão do PIDDAC, delege a competência para aprovação dos pareceres da entidade coordenadora do programa orçamental P006 relativos às alterações orçamentais, com excepção das propostas de alterações orçamentais que se traduzam no reforço, redução ou supressão das dotações afectas às medidas/projectos ou na inscrição de novas medidas/projectos que envolvam diferentes ministérios.

III — Ratifico, nos termos da legislação referida no n.º 1 e no período compreendido entre 1 de Abril e 3 de Agosto de 2007, os actos praticados pelos subdirectores-gerais do Tesouro:

i) Mestre José Clemente Gomes, no âmbito das competências referidas nos n.ºs 1, 2 (no respeitante a autorizar despesas orçamentais relativas a bonificações, compensação de juros e subsídios), ambas as matérias relacionadas com os serviços sob sua coordenação, 4, 9, 10 e 11, todos do n.º 1 do presente despacho; e

ii) Licenciada Maria Isabel Rodrigues Medeira Silva Ressurreição, as competências referidas nos n.ºs 1, nas matérias relacionadas com os serviços sob a sua coordenação, 3, 7, 16, 17, 20, até ao montante de € 200 000 por devedor, e 21, todos do n.º 1 do presente despacho.

IV — Ratifico, ainda, os actos praticados no período compreendido entre 1 de Abril e 3 de Agosto de 2007 pela directora de serviços de Apoios Financeiros, licenciada Graça Maria Valente Nunes Montalvão Machado, nas ausências e impedimentos do subdirector-geral do Tesouro mestre José Clemente Gomes.

V — Nos termos da legislação referida no n.º 1, ratifico os actos praticados no período compreendido entre 1 de Abril e 31 de Agosto de 2007 pela:

i) Licenciada Ana Maria Ratel Barroso Reis Boto, subdirectora-geral do Tesouro, no âmbito das competências referidas nos n.ºs 1, 2, ambas as matérias relacionadas com os serviços sob sua coordenação, 4, 5 e 6, todos do n.º 1 do presente despacho;

ii) Licenciada Maria Leonor de Gouveia Ferreira da Cunha Metelo de Carvalho, directora de serviços de Gestão de Tesouraria, no âmbito das competências referidas nos n.ºs 1, 2, ambas as matérias relacionadas com os serviços sob sua coordenação, e 4, todos do n.º 1 do presente despacho; e

iii) Licenciada Maria de Fátima Almeida Amaral Nepomuceno Silva, directora de serviços de Contas do Tesouro, no âmbito das competências referidas nos n.ºs 1, 2, ambas as matérias relacionadas com os serviços sob sua coordenação, e 4, todos do n.º 1 do presente despacho.

8 de Outubro de 2007. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

Despacho n.º 25 143/2007

Nos termos do disposto nos artigos 3.º e 9.º da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, na redacção dada pelos Decretos-Leis n.ºs 11/2006, de 19 de Janeiro, 16/2006, de 26 de Janeiro, 135/2006, de 26 de Julho, 201/2006, de 27 de Outubro, e 240/2007, de 21 de Junho, e no n.º 2

do artigo 6.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no secretário-geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, licenciado José António de Mendonça Canteiro, as competências que me foram delegadas pelo Ministro de Estado e das Finanças, nos termos da alínea j) do n.º 1.1 do despacho n.º 19 634/2007 (2.ª série), de 30 de Julho, publicado em 30 de Agosto de 2007, para a prática dos seguintes actos no âmbito da Secção Especializada do Conselho Superior de Finanças para as Reprivatizações (SER):

1 — Da gestão do pessoal afecto à SER:

1.1 — Autorizar a prestação de trabalho extraordinário e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, nos termos previstos nos artigos 26.º a 34.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto, bem como a correspondente despesa;

1.2 — Autorizar a ultrapassagem dos limites fixados à prestação de trabalho extraordinário, nos termos do artigo 27.º do já citado Decreto-Lei n.º 259/98, na redacção que lhe foi dada pelo também referido artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 169/2006;

1.3 — Autorizar as deslocações em serviço, bem como as respectivas despesas com a deslocação e estada, e o abono das correspondentes ajudas de custo, nos termos legais;

1.4 — Autorizar o gozo de férias, bem como a acumulação das mesmas, por conveniência de serviço, e justificar ou injustificar faltas, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Março, 157/2001, de 11 de Maio, e 181/2007, de 9 de Maio;

1.5 — Autorizar o abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença, nos termos do artigo 29.º do citado Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

2 — Da gestão orçamental e realização de despesas:

2.1 — Autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços, até ao limite estabelecido para os titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

2.2 — Autorizar alterações orçamentais, nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril;

2.3 — Autorizar a antecipação de duodécimos, total ou parcialmente, até ao limite da competência atribuída aos titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau, nos termos estabelecidos anualmente pelo decreto-lei que fixa as normas de execução do Orçamento do Estado;

2.4 — Autorizar a constituição e reconstituição de fundo de maneiço, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho.

Ratifico todos os actos entretanto praticados no âmbito desta subdelegação, ficando, por esta forma, revogado o despacho n.º 10 282/2006 (2.ª série), de 11 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2006.

8 de Outubro de 2007. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

Despacho n.º 25 144/2007

Nos termos do disposto nos artigos 3.º e 9.º da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, e alterada pelos Decretos-Leis n.ºs 11/2006, de 19 de Janeiro, 16/2006, de 26 de Janeiro, 135/2006, de 26 de Julho, 201/2006, de 27 de Outubro, e 240/2007, de 21 de Junho, e no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, ao abrigo do disposto nos artigos 35.º, 37.º e 137.º do Código do Procedimento Administrativo e nos termos da alínea f) do n.º 1.1 do despacho n.º 19 634/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 167, de 30 de Agosto de 2007, do Ministro de Estado e das Finanças, ratifico todos os actos que no período compreendido entre 1 de Abril e 29 de Junho de 2007 tenham sido praticados pelo então director-geral do Património, licenciado Carlos Manuel Durães da Conceição, relativamente às competências a seguir mencionadas:

1 — No âmbito das atribuições de gestão patrimonial:

i) Aceitar heranças, legados e doações a favor do Estado de imóveis ou de bens móveis não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de Dezembro, desde que os encargos não sejam superiores aos activos;

ii) Autorizar a aquisição de imóveis classificados como monumento nacional, ouvido o Ministro da Cultura, de imóveis para o domínio privado do Estado ou para serviços e organismos dotados de autonomia financeira, bem como os actos a ela inerentes que, pelo seu valor, não estejam sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas;

iii) Autorizar a troca de bens do Estado, imóveis ou de móveis não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de Dezembro,

desde que a diferença de valores não implique encargos financeiros para o Estado;

iv) Autorizar a venda de quaisquer imóveis ou de bens móveis não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de Dezembro;

v) Autorizar a cessão de bens imóveis ou móveis não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de Dezembro, a título precário, a entidades públicas e privadas que prossigam fins de interesse público, bem como a devolução de imóveis, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 24 489, de 13 de Setembro de 1934;

vi) Autorizar o arrendamento de bens do Estado com dispensa de hasta pública, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 507-A/79, de 24 de Dezembro;

vii) Fazer cessar por acto administrativo os contratos de arrendamento de prédios do Estado, nos termos do Decreto-Lei n.º 507-A/79, de 24 de Dezembro, e mandar desocupar os prédios do Estado por aqueles que os ocupem sem título, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 23 465, de 18 de Janeiro de 1934;

viii) Autorizar a compra e demais actos a ela inerentes dos prédios arrendados onde se encontra instalada a Base Aérea n.º 4 e dos que se encontram funcionalmente dela dependentes, na ilha Terceira, Açores, nos termos fixados por despachos conjuntos dos Ministros das Finanças e da Defesa Nacional;

ix) Autorizar a demolição de prédios do Estado, nos termos legais;

x) Aprovar contratos e minutas de contratos cujas operações e condições tenham sido previamente autorizadas pela autoridade competente e na forma legalmente estabelecida;

xi) Aceitar a constituição de direito de superfície a favor do Estado, nos termos legais.

2 — No âmbito das atribuições de aprovisionamento público:

i) Aprovar as alterações às condições de aprovisionamento de bens e serviços homologadas nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 129/83, de 14 de Março, respeitantes à revisão de preços, substituição e descontinuidade de modelos e inclusão de novos modelos, bem como prorrogar os acordos dentro dos prazos previstos na respectiva portaria de homologação e ainda excepcionar a observância das condições previstas nos acordos e rescindir contratos por incumprimento dos fornecedores ou falta de acordo na revisão de preços;

ii) Aprovar a difusão pelos serviços interessados de circulares que contenham instruções para a boa execução dos procedimentos relacionados com as atribuições da Direcção-Geral do Património;

iii) Aprovar anúncios, programas e cadernos de encargos dos vários concursos de aprovisionamento público.

3 — No âmbito das atribuições específicas da gestão de veículos do Estado:

i) Autorizar a aquisição, a permuta, a locação financeira, bem como o aluguer por prazo superior a 60 dias de veículos com motor para transporte de pessoas e de carga por todos os serviços e organismos da Administração Pública, nos termos da legislação em vigor;

ii) Autorizar a realização de despesas com a aquisição de veículos automóveis até ao montante global máximo de € 997 600;

iii) Homologar a compensação apurada pela utilização dos veículos apreendidos a favor do Estado, resultante da diferença entre a desvalorização ocasionada pelo uso por parte do Estado e as benfeitorias que o Estado efectuou durante a utilização, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 31/85, de 25 de Janeiro;

iv) Autorizar a atribuição de veículos automóveis nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 31/85, de 25 de Janeiro;

v) Autorizar a cedência a título oneroso de veículos automóveis quando se presumir que da realização do acto público de venda não resulta melhor preço;

vi) Aprovar as tabelas com as despesas de remoção, taxas de recolha, multas e demais encargos previstos no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 31/85, de 25 de Janeiro;

vii) Designar o perito por parte do Estado para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 31/85, de 25 de Janeiro.

4 — No âmbito da gestão de recursos humanos e financeiros:

i) Conferir posse ao pessoal dirigente, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;

ii) Autorizar a concessão de licenças sem vencimento por um ano e de longa duração, ao abrigo dos artigos 76.º e 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, bem como autorizar o regresso à actividade;

iii) Autorizar a prestação de serviço extraordinário, em circunstâncias excepcionais e delimitadas no tempo, para além de duas horas diárias;

iv) Autorizar a prestação de trabalho em dia de descanso semanal, descanso complementar e feriado ao pessoal dirigente e de chefia, a que se refere o artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;